

O trabalho docente do professor de educação física diante das reformas educacionais: estado do conhecimento


ARTIGO

Mirela Moreira da Silva Monteⁱ 

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Cibele Maria Lima Rodriguesⁱⁱ 

Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE, Brasil

Rachel Costa de Azevedo Melloⁱⁱⁱ 

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o trabalho docente dos professores de Educação Física, diante das reformas educacionais no Ensino Médio. Para tal, utilizou-se como método de pesquisa o estado do conhecimento sobre a temática nas seguintes bases digitais: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da Capes. Foram analisadas pesquisas entre dissertações e artigos. Constatou-se na análise que as reformas educacionais acarretam mudanças na rotina do professor de Educação Física, sendo necessárias novas organizações do trabalho docente, e, em sua maioria, as implementações dessas reformas não são dialogadas com os professores e a comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Trabalho Docente. Reformas Educacionais. Ensino Médio.

The teaching work of physical education teachers in the context of educational reforms: a research overview

Abstract

This study aims to analyze the teaching work of physical education teachers, in the face of educational reforms in secondary education. To this end, the state of knowledge on the subject in the following digital databases was used as a research method: Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the Capes periodical portal. Research between dissertations and articles was analyzed. It was found in the analysis that educational reforms lead to changes in the routine of physical education teachers, requiring new organizations of teaching work, and most of the implementations of these reforms are not discussed with teachers and the school community.

Keywords: Physical Education. Teaching Work. Educational Reform. High School.

1 Introdução

2

Ao pesquisar sobre o trabalho docente em Educação Física no Ensino Médio, compreendemos que ainda há poucos estudos sobre essa temática. No entanto, ao longo dos anos, essa linha de pesquisa vem sendo ampliada, demonstrando o crescente interesse dos pesquisadores na relação entre Educação Física, trabalho docente e políticas educacionais, especialmente no contexto das reformas do Ensino Médio, marcadas por constantes mudanças nesse segmento da educação básica.

O objetivo do presente artigo é investigar sobre os impactos das reformas do Ensino Médio no trabalho docente do professor de Educação Física escolar¹. Como percurso metodológico, será realizado um levantamento das pesquisas sobre o tema na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal Periódicos Capes.

O Ensino Médio brasileiro, anteriormente conhecido como secundário, tem sofrido constantes reformulações advindas de suas recentes reformas educacionais, gerando incertezas quanto ao direcionamento do trabalho docente para toda a comunidade escolar, principalmente entre professores e alunos. Conforme Tardif (2012, p.120), o professor tem como constitutivo de seu trabalho docente “[...] criar condições que possibilitem a aprendizagem de conhecimentos pelos alunos [...]”, mas as reformas educacionais vêm implicando diretamente no trabalho dos professores, pois lhe são atribuídas novas formas de organizar e estruturar suas atividades. De acordo com Stephen Ball e colaboradores, “o papel e o trabalho das escolas e dos professores têm sido cada vez mais prescritos pelo governo central” (Marcondes *et al.*, 2016, p.22). Neste sentido, as recentes reformas educacionais no Ensino Médio, influenciadas por interesses empresariais, têm transformado a escola em um espaço a serviço do mercado de trabalho.

¹ Este estudo integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Política Educacional e Trabalho Docente, com financiamento do CNPq (Proc. 406861/2022-6), CAPES (Proc. 88887.954247/2024-00) e FAPEMIG (Proc. 098/2024). Chamada INCT - MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 58/2022).

De acordo com Laval (2019), as tendências sociais, culturais, políticas e econômicas estão modificando o sistema escolar e isso está impactando diretamente a atuação dos professores de Educação Física, cuja disciplina, embora obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, foi desvalorizada, visto que seu espaço no currículo foi diminuindo com o impacto da recente reforma do Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/17, revogada em 2024.

A Lei nº 13.415/17, que instituiu a reforma do Ensino Médio, reestruturou o Ensino Médio a nível nacional, concomitante com aprovação de uma política curricular, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para complementar a política educacional. Anterior à aprovação da Lei nº 13.415/17, foi publicada a Medida Provisória nº 746/2016, propondo a exclusão da Educação Física do currículo, o que gerou mobilização e pressão da comunidade escolar. Por consequência, a Educação Física foi mantida no currículo, mas perdeu seu *status* de componente curricular obrigatório e passou a ser estudos e práticas com uma carga horária reduzida. Essa mudança a colocou em risco de exclusão do currículo do Ensino Médio.

Essa medida fragilizou o componente tanto o componente curricular quanto os professores, passaram a lecionar os conteúdos com uma carga horária drasticamente reduzida, além de terem que complementar sua jornada de trabalho com itinerários formativos. Esses itinerários, muitas vezes pautados por temas aleatórios, apresentam ementas geralmente distantes da formação específica desses profissionais. A reconfiguração do trabalho docente imposta pela reforma do Ensino Médio — o chamado Novo Ensino Médio — desvalorizou a profissão, contribuindo para a desconstrução do componente curricular e da identidade docente. A redução da carga horária, somada à necessidade de atender a um número maior de turmas, sobrecarregou os profissionais e prejudicou a qualidade do ensino, impactando diretamente a aprendizagem integral dos estudantes.

Diante das críticas e mobilizações da sociedade civil, o Governo Federal abriu, em 2023, uma consulta pública para avaliar a Lei nº 13.415/2017 com ampla participação da comunidade escolar nesse processo. Este fato contribuiu para a criação de um projeto de

lei, o PL nº 5.230/2023, que logo em seguida foi convertido na Lei nº 14.945/2024, sancionada no dia 31 de julho de 2024, que estabeleceu novas diretrizes para a educação básica no segmento do Ensino Médio. Esta nova lei buscou atender às demandas da sociedade e da comunidade escolar, determinando sua implementação gradual até o ano de 2026 em estados e municípios, gerando mudanças que estão previstas para entrar em vigor no ano letivo de 2025.

As mudanças estabelecidas pela Lei nº 14.945/2024 são poucas diante de todas as reivindicações da comunidade escolar, mas já é um grande avanço para a Educação Física, que teve seu *status* de componente curricular, na nova lei, reconhecido e garantido no Ensino Médio. Entretanto, o currículo ainda mantém características empresariais, pautado em competências generalistas em detrimento dos conhecimentos escolares, “a padronização de objetivos e controles, a descentralização, a mutação da ‘gestão educacional’ e a formação de professores são reformas ‘focadas na produtividade’ (*productivity-centred*)” (Laval, 2019, p.37).

Nesse contexto, vamos analisar as produções científicas produzidas sobre a relação entre as referidas temáticas, a partir de uma investigação do que vem sendo constatado sobre como as reformas educacionais impactam no trabalho docente do professor de Educação Física no Ensino Médio.

2 Metodologia

Para tal, buscamos levantar o estado do conhecimento, consultando as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal Periódicos Capes, utilizando os descritores “Educação Física”, “trabalho docente” e “Ensino Médio”. Os resultados obtidos foram descritos no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Bases consultadas e resultados

Bases consultadas	Filtros e resultados	Total de pesquisadas analisadas
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Período: 2014 a 2025 Resultados: 27 trabalhos Relacionados à temática: 4	4
Portal de periódico da Capes	Período: 2017 a 2025 Resultados: 11 trabalhos Relacionados à temática: 5	5

Fonte: Elaboração própria (2025)

A busca resultou em 38 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos. Após uma análise preliminar dos resumos, foram selecionados aqueles que se relacionavam diretamente com a temática da pesquisa, totalizando 11 estudos entre dissertações e artigos. A relação desses estudos está descrita nos quadros abaixo; as pesquisas realizadas no Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) estão descritas no Quadro 2 e as pesquisas do Portal Periódicos Capes estão no Quadro 3.

Quadro 2 - BDTD - Dissertações

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
O trabalho docente dos professores de Educação Física durante a implementação do Ensino Médio politécnico: um estudo em escolas de Ensino Médio na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul	Maicon Felipe Pereira Pontes	Dissertação	2015
A disciplina Educação Física no contexto do Ensino Médio Integral na Escola Estadual Temístocles de Araújo	Derick Herculano Paranhos de Carvalho	Dissertação	2016
Atuação docente de professores de Educação Física de escolas públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS	Adriana Flávia Neu	Dissertação	2018
Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional?	Alex Kossak	Dissertação	2020

Fonte: Elaboração própria (2025)

Esses estudos, analisados de forma profunda, foram selecionados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, sendo todas dissertações. Os artigos, por sua vez, selecionados no Portal Periódicos Capes, abrangem um período mais recente e, embora nem todos tenham se concentrado na reforma do Ensino Médio, a Lei nº 13.415/17, a maioria aborda reformas educacionais que impactaram o trabalho docente em Educação Física. A relação dos artigos analisados está descrita no quadro abaixo:

Quadro 3 - Periódico Capes - Artigos

TÍTULO	AUTOR	TIPO	ANO
O trabalho docente em Educação Física no Ensino Médio politécnico: análise do contexto micropolítico	Jônatas da Costa Brasil de Borba; Maicon Felipe Pereira Pontes; Elisandro Schultz Wittizorecki	Artigo	2017
O estado da questão sobre a reforma do Ensino Médio e suas implicações para a Educação Física escolar	Natália Maria Duarte Mendes; Alisson Slider do Nascimento de Paula	Artigo	2024
A reforma do Ensino Médio no estado da Bahia e o ensino de Educação Física: o contexto da produção do texto	Luanda Nogueira Souza; Benedito Eugenio; Sandra Márcia Campos Pereira	Artigo	2022
Percepções e reações de professores diante das políticas educacionais: um estudo com professores de Educação Física	Andre Osvaldo Furtado; Elisandro Schultz Wittizorecki; Natacha da Silva Tavares	Artigo	2020
Relato de experiência no Novo Ensino Médio	Dilma Carmina da Silva Souza	Artigo	2024

Fonte: Elaboração própria (2025)

As próximas seções analisam os trabalhos selecionados sobre como os professores de Educação Física lidam com as reformas educacionais do Ensino Médio e suas implicações para o seu trabalho docente. O objetivo é sintetizar as principais reflexões e compreensões desses estudos sobre a reconfiguração do trabalho docente na área da Educação Física, além de realizar um mapeamento do estado atual do debate.

3 Resultados e Discussão

7

A dissertação de Pontes *et al.* (2012), intitulada *O trabalho docente dos professores de Educação Física durante a implementação do Ensino Médio politécnico: um estudo em escolas de Ensino Médio na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul*, de abordagem qualitativa, buscou compreender como os professores de Educação Física do Ensino Médio no Rio Grande do Sul reconstróem seu trabalho docente a partir da implementação de uma política de ensino politécnico. A pesquisa analisou o contexto do Ensino Médio no estado e o trabalho docente desses profissionais. Para isso, foi necessário também investigar como os professores compreendem as reformas e se recebem formações diante das mudanças implementadas.

Foi adotado o estudo etnográfico, a fim de uma compreensão aprofundada da atuação dos professores de Educação Física frente à reforma. A pesquisa foi realizada em duas escolas estaduais de Ensino Médio na cidade de Porto Alegre. Uma delas, localizada na região sul da cidade, carecia de ambientes escolares e recursos materiais necessários para o ensino dos conteúdos da disciplina. A outra, situada na região central, era de grande porte e contava com oito professores de Educação Física no seu quadro, além de infraestrutura e materiais que propiciavam uma aula com melhores condições objetivas.

Entre os quatro professores colaboradores da pesquisa, apenas um, de forma efetiva, realizava o planejamento de suas aulas, embora tenha se limitado à promoção da saúde, desconsiderando outros aspectos importantes da Educação Física. Dois professores relataram que não realizavam planejamento para suas aulas, podendo ser caracterizados como “professores rola a bola”. Segundo eles, a reforma os desestimulou a elaborar planejamentos, pois os quadros de horários da escola sofriam alterações frequentes. Outro fator de desmotivação apontado foi a falta de infraestrutura e de materiais pedagógicos adequados para o desenvolvimento dos conteúdos de Educação Física. Além dessas questões, os professores não se sentiam acolhidos para falar sobre como a reforma implicava no seu trabalho docente, pois não havia espaço e, tampouco, formações para que as mudanças ocorressem. Desta forma, a reforma do Ensino Médio

politécnico no Rio Grande do Sul impactou o trabalho docente, deixando os professores confusos e sem direção, com a ausência de diálogos e de formações.

Pontes *et al.* (2012) concluíram que devem ser investidos mais recursos na educação, melhorando as condições físicas e materiais das escolas e qualificando as condições de trabalho dos professores. Também é preciso que a remuneração dos docentes seja melhorada, de modo que este profissional seja mais valorizado e não precise trabalhar em diversos locais para garantir sua estabilidade financeira.

A dissertação de Carvalho (2016), intitulada *A disciplina Educação Física no contexto do Ensino Médio Integral na Escola Estadual Temístocles de Araújo*, com o objetivo de analisar o Currículo e a organização do trabalho pedagógico da disciplina Educação Física no contexto do Ensino Médio Integral na Escola Pública em Regime de Tempo Integral E.E.E.F.M no estado do Pará, investigou uma realidade que não foi diferente. Conforme (Carvalho, 2016) a implementação da educação integral no Pará se deparou com desafios significativos na área de Educação Física. Os resultados demonstram que a falta de preparo das escolas, tanto em termos de infraestrutura quanto de formação docente, resultou em uma oferta limitada de atividades e conteúdos específicos do componente curricular da Educação Física, dificultando o trabalho dos professores e contribuindo para o desinteresse dos alunos pelas aulas.

Nesse sentido, a dissertação de Neu (2018), intitulada *Atuação docente de professores de Educação Física de escolas públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS*, teve como objetivo caracterizar o trabalho docente dos professores de Educação Física no Ensino Médio. O estudo revela que o ensino da disciplina tem sido prejudicado nesse segmento, uma vez que, em sua maioria, os professores recorrem a outros empregos para complementar a renda e garantir estabilidade financeira, o que compromete o tempo destinado ao planejamento pedagógico. Além disso, as constantes reformas na educação básica desestimularam os docentes, cujas práticas passaram a ser impactadas por frequentes adequações às novas diretrizes.

Diante da falta de tempo e das dificuldades no planejamento, muitos professores passaram a apenas reproduzir o que estava previsto no Projeto Político-Pedagógico (PPP)

da escola e nos documentos norteadores do estado, resultando em práticas limitadas, com pouca criatividade e foco excessivo em esportes. Essa abordagem gerou insatisfação entre os alunos, que demonstraram interesse em conteúdos mais variados, para além do esporte.

Com isso, Kossak (2020), em sua pesquisa que teve como objetivo explicar a relação entre a concepção de Ensino Médio contida na parceria “Solução Educacional” — firmada entre o Instituto Ayrton Senna e a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro — e a Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017, aponta elementos importantes para a discussão do trabalho docente. Conforme os resultados da pesquisa, a elaboração desses documentos norteadores da educação brasileira que afetam o trabalho dos professores em geral — e, em específico, os de Educação Física, que vêm lutando para mostrar sua contribuição na formação dos jovens brasileiros —, tem sido influenciada pela inserção do capital privado na elaboração e gestão da educação pública, sobretudo no que se refere às questões curriculares.

Com os resultados das dissertações, avançamos na análise dos artigos do portal do periódico Capes sobre o trabalho do professor de Educação Física no Ensino Médio diante das reformas educacionais.

A Educação Física, na história da educação no Brasil, passou por diversas fases até ser reconhecida como um componente curricular obrigatório, com novas concepções, auxiliando na formação de cidadãos críticos e reflexivos, conscientes de seus direitos e deveres, ao trabalhar a cultura corporal em suas múltiplas dimensões. Entretanto, ainda nos dias atuais, deparamo-nos com professores que mantêm antigas práticas e concepções, como também ainda há poucas pesquisas acerca da Educação Física no Ensino Médio, que pode ser um dos indicadores dos questionamentos da função social e relevância da Educação Física no segmento. As reformas educacionais geram dúvidas e questionamentos nos professores da disciplina, pois a mudança gerou um esvaziamento de conhecimentos, mas, ainda assim, há uma resistência por parte dos professores em manter a Educação Física no currículo do Ensino Médio.

Na pesquisa que objetivou analisar o estado da questão sobre as implicações que a reforma do Ensino Médio engendrou para a Educação Física escolar, *O estado da questão sobre a reforma do Ensino Médio e suas implicações para a Educação Física escolar*, de Mendes e de Paula (2024), os autores apontam que a Lei nº 13.415/2017 ocasionou um déficit na formação humana integral dos jovens brasileiros. Isso porque disciplinas que perderam suas especificidades e carga horária na matriz curricular, como a Educação Física, são fundamentais para o desenvolvimento crítico desses estudantes — um dos saberes essenciais para o acesso ao ensino superior.

Borba, Pontes e Wittizorecki (2017), ao utilizarem o ciclo de políticas de Ball e colaboradores como ferramenta analítica da reforma educacional do Ensino Médio na cidade de Camaquã do Rio Grande do Sul, concluíram que os projetos traçados na esfera macropolítica, quando chegam no micropolítico, enfrentam resistências e muitas mudanças. Esta questão culmina na insatisfação dos professores que têm suas rotinas alteradas, além de um distanciamento entre esses profissionais devido à nova política implementada.

Souza, Eugenio e Pereira (2022), ao utilizarem o ciclo de políticas de Ball e colaboradores, analisaram o contexto da produção da reforma do Ensino Médio no estado da Bahia. Os autores constataram que o gerencialismo e a performatividade, mecanismos do neoliberalismo, já estavam presentes na proposta de educação do governador da Bahia, assim como observado por Kossak (2020) no caso do Rio de Janeiro. Antes mesmo da promulgação da Lei nº 13.415/17, o então governador da Bahia já havia criado o programa “Educar para Transformar”, com ênfase em resultados.

Com a implementação da reforma educacional, essas tecnologias de gestão foram intensificadas, e os professores perderam sua autonomia, sendo obrigados a adequar seus planejamentos aos documentos oficiais, como o currículo do estado da Bahia. Os professores foram privados de contestar e opinar, devendo apenas seguir o que lhes foi imposto. Isso evidenciou uma contradição nos escritos dos documentos oficiais, que, embora defendam uma educação integral e crítica, privaram toda a comunidade escolar da própria criticidade.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) adotou competências e habilidades como princípio de organização curricular, embora afirme um posicionamento contrário aos princípios neoliberais. Conforme aponta Ball, contradições presentes nos textos das políticas educacionais são comuns e geram dúvidas e incertezas. Souza, Eugênio e Pereira (2022) constataram que, apesar do documento defender uma concepção crítica de Educação Física, reconhecendo a cultura corporal como conhecimento essencial para os estudantes, a apresentação dos conteúdos desse componente curricular apresenta divergências. Por exemplo, algumas propostas pedagógicas de Educação Física não dialogam nem reconhecem a cultura corporal como objeto de estudo da área, evidenciando uma discordância entre abordagens da Educação Física.

Diante do exposto, os autores puderam concluir que a política educacional no estado da Bahia recebeu bastante influência dos empresários, reformulando a educação, tornando-a cada vez mais esvaziada de conhecimentos, que são fundamentais para uma formação humana integral. O trabalho docente em Educação Física sofreu inúmeras alterações com a reforma, ocasionando a perda de autonomia, a alta responsabilização e a intensificação das tarefas. A redução da carga horária do componente curricular de formação, muitas vezes realocada para outras disciplinas que, em muitos casos, nunca tiveram relação com a área, impactou diretamente a formação dos jovens brasileiros.

Os autores Furtado, Wittizorecki, Tavares (2020) também utilizaram o aporte teórico de Ball e colaboradores para a compreensão das políticas educacionais no Rio Grande do Sul, e concluíram que os professores de Educação Física, nessas propostas de educação, foram desvalorizados. A falta de recursos, a instabilidade salarial e a sobrecarga de trabalho dificultam a implementação das novas diretrizes, revelando a distância entre o discurso e a prática nas políticas educacionais. Essa situação corrobora a análise de Ball sobre as contradições presentes no texto e nos discursos das políticas educacionais.

A reforma educacional, instituída pela Lei nº 13.415/17, promoveu a redução da formação geral básica e o aumento gradual da carga horária dos itinerários formativos,

privando os alunos dos conhecimentos historicamente construídos. Essas mudanças afetaram a formação do senso crítico e a formação humana integral dos jovens brasileiros. Como consequência, os alunos são excluídos do acesso ao ensino superior, enquanto os professores perdem sua identidade profissional.

Portanto, Souza (2024), em seu relato de experiência que teve como objetivo refletir sobre os impactos do novo Ensino Médio na identidade dos professores de Educação Física a partir de sua vivência profissional na rede estadual do Rio de Janeiro, conclui que a reforma do Ensino Médio vai além de alterações na educação. Ela projeta um novo perfil de aluno do Ensino Médio, preparado para a flexibilidade do mercado de trabalho, assim como um novo perfil de trabalho docente.

Essa transformação, ao desvalorizar a profissão docente, gerou sentimentos de impotência, insegurança e perda de autonomia dos professores. A resistência à desprofissionalização e a defesa da identidade profissional foram, portanto, imprescindíveis, pois a identidade docente “[...] não é algo dado, mas uma construção histórica, cultural, que perpassa de um indivíduo a outro em uma comunidade [...]” (Oliveira, 2023, p.10).

Os estudos analisados demonstram que as reformas do Ensino Médio alteram a rotina de planejamentos dos professores, sendo necessárias novas organizações do trabalho docente, e, em sua maioria, as implementações dessas reformas não são dialogadas com os professores e a comunidade escolar. Para além, essas reformas educacionais implicam alterações de forma negativa no trabalho dos professores, em especial os de Educação Física, que, ao longo da história da educação brasileira, constantemente têm buscado afirmar a importância da Educação Física no currículo do Ensino Médio e da educação integral.

A transição para a nova política do Ensino Médio, estabelecida pela Lei nº 14.945/2024, resultou na emissão do parecer CNE/CEB nº 4, de 7 de novembro de 2024, e na publicação da resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Essa resolução, publicada em dezembro de 2024, prevê a implementação das mudanças já a partir de

2025, para os sistemas de ensino que formularam o cronograma de transição da política anterior, regida pela Lei nº 13.415/2017 (revogada), para a nova política do Ensino Médio estabelecida pela Lei nº 14.945/2024.

Há o aumento da carga horária para a formação geral básica e a redução dos itinerários formativos. A Educação Física volta a ser considerada um componente curricular, com o aumento da carga horária de forma progressiva, como consta na referida Lei nº 14.945/24:

Art. 35-D. A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio estabelecerá direitos e objetivos de aprendizagem, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e Educação Física (Brasil, 2024).

O estado de Pernambuco tornou-se modelo para outros estados do Brasil para outras unidades da federação no que diz respeito ao ensino integral, com a criação das Escolas de Referência em Ensino Médio por meio da Lei Complementar nº 125, de 2008. Em consonância com a nova política do Ensino Médio, Pernambuco publicou, no Diário Oficial do Estado, em 22 de março de 2025, a Instrução Normativa nº 009/2025, que estabelece normas para a implementação das matrizes curriculares de transição para o Ensino Médio nas escolas da Rede Estadual no ano de 2025, em conformidade com a Lei nº 14.945/2024. Logo em seguida, foram publicadas as matrizes curriculares de transição do Ensino Médio para 2025.

As novas matrizes de transição acrescentaram uma aula de Educação Física no último ano do Ensino Médio, o que, com a Lei nº 13.415/17(revogada) estava extinta. Isso já é um avanço para o componente curricular, que, em 2026, deve contar com duas aulas semanais nos três anos da última etapa da educação básica.

As mudanças estão ocorrendo de forma gradual, o que significa que poucas mudanças estão ocorrendo no ano de 2025. No ano de 2026, a organização curricular deve estar plenamente atualizada à luz da nova resolução, como consta na referida Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de novembro de 2024:

Art. 13. Observada a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária total mínima de 3.000 (três mil) horas no Ensino Médio a oferta curricular da Formação Geral Básica deverá obedecer a carga horária mínima de:

I - 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários Formativos de Aprofundamento por áreas de conhecimento;

II - 2.100 (duas mil e cem) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários de Formação Técnica e Profissional na forma de cursos técnicos de 1.000 (mil) ou 1.200 (mil e duzentas) horas; e

III - 2.200 (duas mil e duzentas) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários de Formação Técnica e Profissional na forma de cursos técnicos de 800 (oitocentas) horas.

Essas mudanças estão ocorrendo em todo o Brasil, transformando mais uma vez a rotina dos professores, que têm o papel de transformar políticas em práticas (Ball, 2024).

4 Considerações finais

Constatamos, a partir do levantamento do estado do conhecimento, que a reforma do Ensino Médio instituiu uma nova lógica mercantil na educação, transformando as relações sociais e as atividades humanas a partir das subjetividades neoliberais.

O trabalho docente sofre reconfigurações nesse novo sistema, em que há a perda da autonomia docente, intensificação do trabalho, desvalorização, e essas questões culminam no adoecimento do profissional, que reverbera na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos.

Essas transformações estão reduzindo a função social da escola e do trabalho docente, já que o professor não é formado para possibilitar a transformação social dos alunos, mas treinados para atingir as metas definidas da nova lógica educacional. Conforme Laval (2019, p. 29), “o ‘homem flexível’ e ‘trabalhador autônomo’ são referências do novo ideal pedagógico”.

Todas as pesquisas, a partir de seus referenciais teóricos, buscam evidenciar a existência de classes sociais como forma de interpretar a realidade. Esse posicionamento confronta a racionalidade neoliberal, que nega a existência de classes, ao demonstrar a

presença de desigualdades estruturais e hierarquias sociais. Dessa forma, desafiam a lógica individualista, utilitarista e meritocrática que predomina no sistema neoliberal.

A partir dos resultados apresentados nas pesquisas, no que se refere ao conhecimento da Educação Física escolar, concluímos que esse foi significativamente prejudicado, sobretudo devido à redução de sua carga horária e ao rebaixamento de sua condição de componente curricular para a categoria de “estudos e práticas”. As pesquisas evidenciam a desmotivação e o desgaste dos professores no processo de planejamento das aulas. Ainda assim, os profissionais seguem reivindicando a permanência da Educação Física no currículo do Ensino Médio.

Com a transição para a nova política do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 14.945/24, as principais características da reforma se mantiveram, como o foco nas habilidades e competências. Contudo, com as mudanças sendo implementadas já no ano de 2025, há esperança de mudanças positivas, por mais que sejam pequenas, o que representa uma conquista para o trabalho docente, para os estudantes e para a comunidade escolar.

Referências

BRASIL. **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Portal da Legislação, Brasília, 22 set. 2016a.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Planalto, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 13 de Novembro de 2024.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -DCNEM. Publicado em: 14/11/2024 | Edição: 221 | Seção: 1 | Página: 48. Órgão: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.

BRASIL. **Lei Nº 14.945, de 31 de julho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o Ensino Médio, e as Leis nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto

de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/8/2024, Página 5 (Publicação Original).

CARVALHO, Derick Herculano Paranhos de. **A disciplina Educação Física no contexto do Ensino Médio Integral na Escola Estadual Temístocles de Araújo**. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2016.

16

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez Editora, 2024. E-book. p.150. ISBN 9786555554489. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555554489/>. Acesso em: 06 mai. 2025.

BORBA, J. da Costa Brasil de; PONTES, M. F. Pereira; WITTIZORECKI, E. Schultz. O Trabalho Docente Em Educação Física No Ensino Médio Politécnico: Análise Do Contexto Micropolítico. **Pensar A Prática**, Goiânia, V. 20, N. 4, 2017. Doi: 10.5216/Rpp.V20i4.44181. Disponível Em: <https://Revistas.Ufg.Br/Fef/Article/View/44181>. Acesso Em: 15 Jan. 2025.

DA SILVA SOUZA, Dilma Carmina. Relato de experiência no Novo Ensino Médio: precarização do trabalho docente e perda da identidade profissional. **Retratos da Escola**, v. 18, n. 41, 2024.

FURTADO, Andre Osvaldo; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; TAVARES, Natacha da Silva. Percepções e reações de professores diante das políticas educacionais: um estudo com professores de Educação Física. **Revista Conhecimento Online**, v. 3, p. 188-213, 2020.

KOSSAK, Alex. **Novo Ensino Médio ou renovação das condições de manutenção da velha dualidade educacional?** Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica/Nova Iguaçu/RJ. 2020.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCONDES, Maria Inês; FREUND, Cristina; LEITE, Vania Finholdt. BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 220 p. Uma nova abordagem ao estudo das políticas educacionais. *Práxis Educativa*, v. 12, n. 3, p. 1028-1034, 2017.

MENDES, Natália Maria Duarte; DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. O Estado da questão sobre a reforma do Ensino Médio e suas implicações para a Educação Física

escolar. **Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar**. ISSN 2675-6218, V. 5, N. 10, P. E5105744-E5105744, 2024.

NEU, Adriana Flávia. **Atuação docente de professores de Educação Física de escolas públicas de Ensino Médio de Santa Maria/RS**. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 2018.

OLIVEIRA, Jordane Lima Dias; LIMA, Augusto José Savedra; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. A escola como lugar privilegiado de aprendizagem docente. **Educ. Form.**, Fortaleza, v. 8, e10905, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e10905>

PONTES, Maicon Felipe Pereira. **O trabalho docente dos professores de Educação Física durante a implementação do Ensino Médio politécnico**: um estudo em escolas de Ensino Médio na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BR-RS, 2015.

SOUZA, Luanda Nogueira; EUGENIO, Benedito; PEREIRA, Sandra Márcia Campos. A reforma do Ensino Médio no estado da Bahia e o ensino de Educação Física: O contexto da produção do texto. **Educação Por Escrito**, v. 13, n. 1, p. e43681-e43681, 2022.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ⁱ **Mirela Moreira da Silva Monte**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0942-600X>.

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco- UFRPE/FUNDAJ, Linha de Pesquisa 3 - Políticas, Programas e Gestão de Processos Educacionais e Culturais.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7897802631143838>

E-mail: mirela.moreira@ufrpe.br

ⁱⁱ **Cibele Maria Lima Rodrigues**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4310-4216>.

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco/FUNDAJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco- UFRPE/FUNDAJ.

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, revisão e edição do texto final.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7130114052014201>

E-mail: cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

iii **Rachel Costa de Azevedo Mello**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5726-1557>.

Doutorado em Educação em Ciências pela UFRGS. Professora Adjunta do Departamento de Educação da UFRPE, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF).

Contribuição de autoria: Revisão e Edição do texto final.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8749101676171464>.

E-mail: rachel.mello@ufrpe.br

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista *ad hoc*: Felipe Quintão de Almeida e Gabriel Pereira Paes Neto.

Como citar este artigo (ABNT):

MONTE, Mirela Moreira da Silva.; RODRIGUES, Cibele Maria Lima.; MELLO, Rachel Costa de Azevedo. O trabalho docente do professor de Educação Física diante das reformas educacionais: estado do conhecimento. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15162, 2025. Disponível: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15162>

Recebido em 12 de março de 2025.

Aceito em 12 de maio de 2025.

Publicado em 21 de agosto de 2025.